

## **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM CARTAS: ESCRREVENDO A CONSTITUIÇÃO DE 1988**

**MARIA HELENA VERSIANI\***

### **Uma memória da Constituinte de 1987/1988**

Há um fundo documental preservado no Museu da República, no Rio de Janeiro, denominado Coleção Memória da Constituinte, que reúne documentos produzidos durante o processo político que teve início com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte no Brasil, em 1985, e que findou com a promulgação da atual Constituição Federal de 1988 – Constituição elaborada tendo em vista anular e substituir a anterior, vigente desde 1967 e representativa do regime autoritário que se havia instalado no país a partir do golpe civil-militar de 1964.

Esse acervo possui mais de vinte mil itens documentais, incluindo registros textuais, fotográficos e audiovisuais dos trabalhos parlamentares realizados no correr daquele processo constituinte e também registros da ampla mobilização e participação política da sociedade brasileira – participação inédita na história de um processo constituinte no Brasil, pela abrangência dos atores sociais envolvidos e por sua capacidade de organização.

A reunião desse acervo foi levada a termo por uma instância da administração pública denominada Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC), que, entre 1985 e 1988, integrou a estrutura organizacional da Fundação Nacional Pró-Memória. Esta funcionou entre 1979 e 1990 como órgão executivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Cultura e responsável, desde 1937, pela proteção ao patrimônio cultural brasileiro.

O CPMC foi criado, em 1985, para atuar especificamente durante aquele processo constituinte, entre outras frentes reunindo e produzindo documentos representativos do então momento de reconstitucionalização democrática do país. O seu objetivo, desde o início, guardou a intenção de, em seguida à promulgação da nova Carta Magna, transferir todo o material acumulado para o Museu da República, como um fundo documental fechado. Ou seja, por trás da formação da Coleção Memória da Constituinte havia, originariamente, a ideia de construção de uma memória daquele processo constituinte e, pode-se aferir, a ideia de

---

\* Pesquisadora do Museu da República/RJ e doutora em História, política e bens culturais, pelo CPDOC/FGV.

eternizar/monumentalizar uma determinada identidade para o Brasil, valorizando o projeto de um Brasil democrático.

Na Coleção Memória da Constituinte, selecionamos uma amostra de 424 cartas, que são o objeto privilegiado da análise aqui apresentada. Essas cartas foram selecionadas por terem sido escritas por brasileiros (as) de diferenciadas localidades do país e enviadas a autoridades políticas, no período entre 1985 e 1988. Logo, trabalhamos com cartas escritas por indivíduos (cartas pessoais), produzidas durante e em razão do processo constituinte então vivenciado. Naquele momento, estava em pauta o projeto de uma nova República, que desse fim à ditadura pós golpe de 1964. Portanto, um momento de renovação política, que podia garantir, para todos os cidadãos do país, uma nova agenda de direitos. Por meio de suas cartas, os missivistas enviam sugestões para a Constituinte e fazem pedidos às autoridades, além de críticas, denúncias e comentários.

### **A Constituinte “vista de baixo”**

Todas as cartas aqui selecionadas foram escritas por pessoas comuns, que, em seus textos, não se apresentam como militantes de algum movimento social organizado ou como porta-vozes de alguma instituição, associação profissional ou partido político. Esses missivistas escreveram as suas cartas pessoalmente, por iniciativa própria.

Ademais, foram selecionadas exclusivamente as cartas manuscritas do acervo, sendo possível verificar que uma boa parte delas foi escrita por pessoas que não dominavam a linguagem culta, incorrendo em erros grosseiros de português e apresentando uma caligrafia desalinhada, própria de quem tem pouco treino na prática da escrita.

Decerto, não é trivial a formação de um acervo de cartas escritas por quem não domina o fazer escriturário. Com maior frequência, os registros escritos, publicados ou guardados em arquivos históricos, são de autoria de pessoas que possuem uma boa instrução formal, socializadas em círculos intelectuais ou políticos. Isso porque a prática escriturária não é um exercício presente ou marcante na vida pessoal/profissional de grande parte dos populares, os quais apenas irregularmente deixam produções escritas de suas experiências. É muito mais

fácil encontrar fontes escritas em que as visões de mundo dos indivíduos e grupos sociais menos privilegiados são produzidas pela “voz dos outros”, e não diretamente pelos próprios indivíduos e grupos em questão. Obviamente, isso acaba influenciando o estabelecimento de um determinado *status quo* na produção das fontes de pesquisa e também a supremacia de um determinado padrão de pesquisa que privilegia certos temas e sujeitos históricos.

Nesse sentido, o interesse por documentos como as cartas aqui selecionadas é também animado pela possibilidade de ampliar a análise dos processos históricos, incorporando opiniões e versões sobre a sociedade que representam pontos de vista também de setores populares. Esse acervo abre a oportunidade de acesso a registros produzidos pelo chamado cidadão comum, pouco ou não socializado nos círculos letrados. Registros que permitem construir uma versão da história mais plural e representativa da diversidade social que caracteriza a sociedade brasileira. Pode-se dizer, registros que nos oferecem uma perspectiva da “história vista de baixo”, como sugeriu Edward Palmer Thompson (1987, p. 13) ao se dedicar ao estudo do processo de industrialização na Inglaterra buscando identificar o ponto de vista dos trabalhadores e de suas experiências. O autor explicou:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão utópico” [...]. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência [...].

Sem dúvida, buscar contribuições em fontes de pesquisa que resgatam vozes e olhares de brasileiros menos favorecidos socialmente, que tomaram parte no processo constituinte, deixando registros de como se comportavam e do que pensavam a respeito, é uma forma de valorizar a pluralidade de identidades e sentidos presentes naquele processo político.<sup>1</sup> Acreditamos que as contradições do processo de redemocratização do Brasil podem ser melhor apreendidas se levarmos em conta não somente as ações das elites políticas e instituições brasileiras, mas também toda uma sociabilidade política que se fez presente no

<sup>1</sup> Sobre a importância, nas análises históricas, de resgatar e cotejar memórias de grupos sociais distintos, ver também LE GOFF, 1990.

país, inscrita no cotidiano de sua população e expressa nessas cartas. Assim, a opção de privilegiar tais documentos como objeto/fonte de estudo é também aconselhada pelo entendimento de que, no exercício da análise histórica, o domínio de viés monolítico da suposta autoridade de um “saber culto” serve menos ao conhecimento científico do que para reforçar valores sociais dominantes.

### **A subjetividade na História**

Outro aspecto deste trabalho é que a opção por analisar cartas pessoais tem um pressuposto muito claro: reconhecer que documentos de natureza pessoal são fontes de pesquisa de grande interesse para a análise histórica. Quando selecionamos este acervo de cartas pessoais, para análise, colocamo-nos ao lado dos historiadores que reconhecem o valor de incorporar, ao fazer histórico, fontes de pesquisa vinculadas aos espaços da vida individual e da vida privada. Tal entendimento filia-se às novas premissas teóricas no campo das Ciências Humanas que vêm sendo propostas, experimentadas e consolidadas, por um número crescente de pesquisadores.<sup>2</sup> No Brasil, sobretudo a partir das últimas duas décadas do século XX, a produção historiográfica tem renovado esforços no sentido de apontar a importância das ações pessoais e interpessoais como força política e elemento de compreensão das sociedades. Essa nova historiografia reivindica para os indivíduos o *status* de atores históricos, revalorizando as suas ações e vivências. O entendimento é que uma sociedade não existe independentemente do modo como os indivíduos vivem e agem nela. As ações dos indivíduos participam na conformação das sociedades e, portanto, estudar essas ações pode ser uma forma de estudar as sociedades. Ou seja, as ações pessoais – ações dos indivíduos –, entre elas a escrita de uma carta, não apenas “falam” sobre esses indivíduos, mas “falam” também sobre o tempo e a sociedade em que esses indivíduos vivem.

Essa nova perspectiva historiográfica, entre outras decorrências, privilegia fontes de pesquisa até então encaradas com suspeição, por estarem vinculadas aos espaços da vida

---

<sup>2</sup> Sobre as transformações ocorridas no campo da História no sentido da revalorização das ações e experiências dos indivíduos, ver, por exemplo, CHARTIER, 1991; FERREIRA, 1992; e RÉMOND, 2003.

privada e às chamadas práticas de produção do eu.<sup>3</sup> O que se busca é captar as singularidades, complexidades e multiplicidades das vivências cotidianas, considerando-se que também as experiências dos indivíduos são elementos essenciais do fazer histórico.

Porém, a análise de cartas pessoais ou de quaisquer outras fontes de pesquisa ligadas aos espaços da vida privada impõe cuidados metodológicos específicos, o que vem sendo matéria de estudos de alguns autores que, como Ângela de Castro Gomes (2004), ocupam-se de instrumentalizar o historiador para essa perspectiva de trabalho. A importância de tais estudos não é pequena, uma vez que o trabalho com essas fontes de pesquisa obriga o historiador a lidar muito diretamente com a subjetividade, com uma documentação que com frequência apresenta textos carregados da emotividade e do sentimento humano, que são mais “escancarados” nos espaços da vida privada, pessoal e íntima. São histórias de vida pessoal, confissões, paixões e muito mais. Documentos que envolvem o leitor – e o historiador –, tornando-se imprescindível compreender e lidar com essa dinâmica.

Por outro lado, como nos mostra Maria Paula Araújo (2009), trabalhar com esse tipo de fonte documental proporciona ao historiador acesso a informações sobre a vida social que não se consegue obter por meio de uma documentação, digamos, mais “impessoal”.

Assim, é reconhecendo a legitimidade de trabalhar com cartas pessoais na pesquisa histórica, e procurando nos instrumentalizar metodológica e criticamente para esse trabalho, que privilegiamos a amostra de cartas pessoais da Coleção Memória da Constituinte para a análise aqui desenvolvida.

### **Os brasileiros escrevem a Constituição**

As cartas aqui selecionadas são atos de participação política, que deixam ver que a “política” é um domínio que se realiza não apenas nos espaços políticos formais, controlados pelo poder público, mas também a partir das relações sociais que são construídas e reconstruídas pelos indivíduos no correr da vivência do seu dia a dia.

---

<sup>3</sup> A valorização social de uma série de práticas culturais relacionadas com a expressão de si e a importância dessas práticas como elemento de interpretação histórica são questões desenvolvidas em GOMES, 2004.

O contexto político em que essas cartas foram escritas foi o da década de 1980, momento que, no Brasil, convencionou-se chamar de transição democrática. A construção de uma Nova República, pela via da reconstitucionalização do país, era defendida por cada vez mais setores da sociedade brasileira, como uma estratégia democrática de superação da ditadura imposta ao país com o golpe de 1964. Principalmente após a derrota da emenda das Diretas Já!, em 1984, a demanda pela Constituinte Já! ganhou muita força social, sendo “abraçada” por muitos entre os movimentos sociais que já vinham se organizando no país desde a década de 1970, em torno da reivindicação de direitos.

Na sequência dos desdobramentos políticos, a proposta da Constituinte Já! foi assumida como um compromisso pela Aliança Democrática, que lançou as candidaturas de Tancredo Neves e de José Sarney, respectivamente, à Presidência e Vice-Presidência da República, nas eleições indiretas de janeiro de 1985. Como sabemos, a súbita doença e morte de Tancredo Neves o impediu de assumir o cargo de presidente, que foi então ocupado por seu vice, José Sarney, em um ambiente de profunda consternação social.

A posse, na Presidência da República, de José Sarney – ex-liderança da ARENA e ex-presidente do PDS – gerou muitos receios e desconfianças na sociedade, por tratar-se de um político de longa história de apoio ao regime autoritário que se desejava superar. Nesse cenário de incertezas, uma série de novos movimentos sociais começou a se organizar no país a partir de 1985, agora com o objetivo específico de incentivar a participação de todos os cidadãos no processo constituinte, como uma condição para que se pudesse realmente elaborar uma Constituição verdadeiramente democrática e representativa dos interesses populares. Assim, várias campanhas pró-participação ganharam as ruas, organizadas por movimentos sociais e com o envolvimento de muitos artistas, que “desenhavam” a democracia em uma farta produção de imagens, charges, cartazes, símbolos e outros materiais que passaram a circular abundantemente nos espaços públicos e em diferentes veículos da mídia. Por outro lado, alguns setores do Estado também promoveram campanhas pró-participação na Constituinte, desse modo atestando uma articulação entre iniciativas do Estado e proposições dos movimentos sociais. Por meio dessa articulação, esses movimentos

sociais também se legitimavam e fortaleciam, conectando-se, em mais uma frente, Estado e sociedade civil.

As cartas aqui analisadas inserem-se no quadro das ações de participação política que tiveram lugar no Brasil naquele período. Os seus textos, via de regra, expressam o entusiasmo participativo que mobilizou brasileiros e brasileiras “comuns”, combinando vontade política e o sentimento de dever participar na Constituinte. Em boa medida, os missivistas afirmam ter se sentido encorajados pelas campanhas pró-participação a enviar sugestões para a Constituinte, mas eles também afirmam que têm o que dizer e o que escrever para a Constituinte. E escrevem.

À medida que escrevem suas cartas, os missivistas demonstram reconhecer o seu papel como atores políticos. Eles constroem as suas falas políticas, na perspectiva de Eric Landowski (1982 apud REIS, 1990, p. 2), de que “o que define o caráter político de um discurso não é o fato de ‘falar sobre política’”, mas o fato de que o discurso coloca “em ação atores ‘autorizados’ (aqueles que têm o direito a falar), estabelece obrigações, cria ‘expectativas’, reforça a confiança etc.”. Os missivistas fazem de suas cartas um canal para expressar opiniões políticas e, em diversas passagens, afirmam ter consciência da importância da participação de todos na Constituinte, dizendo-se mobilizados e pedindo, de diferentes maneiras, que a “constituinte vigente estude com bons ares as [suas] solicitações e ideias”.<sup>4</sup> Dessa forma, decidido a colaborar, Antônio F. Reis Neto apresenta-se ao CPMC: “Envio algumas sugestões no sentido de participar da nova carta magna da nação, procurando dar minha contribuição, como brasileiro e em pleno gozo de meus direitos políticos, como cidadão e eleitor”.<sup>5</sup> A ação de escrever é percebida pelos missivistas como algo que pode influenciar, de fato, mudanças nas regras da vida coletiva, o que significa dizer que o envio de cartas institui uma forma de valorização da identidade política do cidadão brasileiro. É nesse sentido que Ocimar José Garcia de Oliveira expressa suas esperanças de que, dessa vez, o

<sup>4</sup> Trecho da carta de José João Batista. Sem destinatário, local e data. Coleção Memória da Constituinte/MR. (código: MC080\_CECSUG 7)

<sup>5</sup> Trecho da carta de Antonio F. Reis Neto ao CPMC. Barra de São João, RJ, 22/6/1987. Coleção Memória da Constituinte/MR. (código: MC024\_CPMCSOC 235-236)

“povo” participe das decisões constituintes, no país, ao mesmo tempo em que nutre desconfianças em relação ao processo legislativo:

Apoio a política do governo em fazer na Nova República, a Constituinte Nacional. Mas o que me leva a lhe perguntar, é que se o povo terá livre direito para sugerir o necessário para a Constituinte, ou será sugestões discutidas somente entre os políticos?

Gostaria de saber isto, pois o povo deve participar, na minha opinião, da Constituinte, coisa tão sonhada por todos os brasileiros.<sup>6</sup>

O mesmo sentimento é expresso na carta conjunta de Hamilton Costa e João Belmonte, de Santa Catarina:

Já tivemos várias constituições que foram feitas aos atropelos, para defender interesses alienígenas. [...] É preciso acima de tudo a participação de todo o povo, inclusive nós reeducandos. Pois somos brasileiros e devemos também participar.<sup>7</sup>

Como se vê, temendo políticos, chamados de alienígenas, as cartas expressam o desejo de que o povo, até então ignorado, ocupe finalmente o lugar de importância que lhe cabe na sociedade brasileira. E deixam ver que os missivistas reconhecem a si próprios como atores políticos participantes.

### **Escritos políticos, escrita do cotidiano**

É interessante observar que as cartas em análise, se, por um lado, traduzem atos de participação política, por outro, não estão circunscritas ao espaço do sistema político-partidário formal, controlado pelo poder público. São atos de participação política, certamente, porém atos de participação política que têm a característica essencial de serem construídos com base no vivido cotidiano dos missivistas. Desse modo, essas cartas conformam um novo espaço de expressão, de reivindicação e de negociação de demandas, para além do sistema de representação formal. Um novo espaço que se constrói,

---

<sup>6</sup> Trecho da carta de Ocimar José Garcia de Oliveira a Fernando Lyra. Ribeirão Preto, SP, 26/6/1985. Coleção Memória da Constituinte/MR. (código: MC079\_CECSUG 55)

<sup>7</sup> Trecho da carta de Hamilton Costa e João Belmonte. Sem destinatário. Florianópolis, SC, 6/6/1986. Coleção Memória da Constituinte/MR. (código: MC080\_CECSUG 36-38)



estrategicamente, a partir da politização do cotidiano dos indivíduos.<sup>8</sup> O cotidiano, nas cartas, é percebido como um domínio que proporciona aos missivistas um conhecimento “verdadeiro” dos problemas e necessidades do povo brasileiro. Ou seja, os missivistas, nas cartas, analisam a realidade política do país, fundamentando, com a experiência vivida, os seus argumentos, queixas, indagações, propostas e pedidos. Assim, missivistas e cotidiano emergem das cartas com grande força política.

Nesse sentido, uma das características mais importantes dessa correspondência é a interposição e complementaridade entre as dimensões privada e pública, a partir de narrativas que politizam o cotidiano e o catapultam para o âmbito das políticas públicas. A vida pessoal dos missivistas engendra seus discursos políticos, produzindo uma espécie de “efeito humanizador” da política. As cartas são fragmentos repletos de alusões aos problemas do mundo cotidiano, aos sentimentos, à família, às práticas de saúde, educação, entre outros tantos temas que integram a vivência dos indivíduos. Para ilustrar a operação discursiva apontada, reproduzimos abaixo, um longo trecho da carta de Maria Júlia de Jesus, enviada à Assembleia Nacional Constituinte, em 2 de junho de 1987. Longo, mas também minucioso e exemplar do testemunho que a missivista desejou dar sobre o seu duro cotidiano de vida.

São Paulo, 02/06/87.

Prezados constituintes.

Por acaso peguei um volante da esportiva onde diz para a gente mandar nossas ideias e reivindicação. O que eu tenho para lhes dizer é muito triste e doloroso. Bom vocês já sabem que não só eu como milhares de pessoas boas estão ao relento, sem casa. Eu sou solteira c/ 37 anos, (2) filhos. Ganho o salário mínimo para fazer tudo, pagar aluguel, comida, roupas e remédios p/ crianças. No ano em que se deu o cruzado e o congelamento, eu fui a pessoa mais feliz pois podia alimentar melhor meus filhos e pelo menos morar um pouco decente. Eu ganhava 800,00 cruzados e pagava 600,00 cruzados de casa (3) cômodos. Isso durou até setembro de 86, pois logo fui enformada que meu aluguel a partir de fevereiro subiria para 1.900,00 cruzados. Daí já comecei a não dormir, e como já é de rotina não me alimentava mais, um nó na garganta que nem água passava, pra eu poder dar de comer p/ crianças eu saía do hospital que eu trabalhava 12 hs, das 18hs as 6 da manhã e ia fazer faxina p/ poder pelo menos dar comida p/ crianças e com isso fui me enfraquecendo até que não consegui arranjar outra casa ou mesmo 1 comodo. Fui obrigada a deixar o pouco que tenho guardado em uma casa pagando 1 comodo p/

---

<sup>8</sup> A noção de “politização do cotidiano” é desenvolvida, entre outros, nos trabalhos de CERTEAU, 2008, e KUSCHNIR, 2000.

guardar minhas coisas e vindo pra São Paulo vê se pelo menos ganhar um pouco mais, pois meus filhos necessitam comer. P/ mim foi uma tragédia, ter que deixar as crianças c/ minha irmã e vir para cá. De cada 15 dias vou a Taubaté ver as crianças. Minha filha que tem 5 anos, me implora pra eu voltar, como não posso morar c/ minha irmã, não posso pagar aluguel, e como posso eu voltar, se 1 comodo estão pedindo 2.000,00 mil cruzados e o salário 1.600,00, agora vai p/ 1.900,00 cruzados, que nem dar p/ comer que dirá pagar 1 comodo. Esses projetos de casas populares não são p/ quem ganha 1 salário mínimo não, é p/ quem ganha 4, 6, 8 salários. Nós que ganhamos mínimo ninguém dá a mínima, não existimos, vejetamos. [...]

Por isso eu lhes mando 1 lista de compra p/ 3 pessoas, o que eu gasto por mês c/ 2) crianças e veja não se come carne todo dia, nem pode frango, nada disso, só no pagamento, e, o gás-água-luz, o salário mínimo, para [não] continuar passando fome teria que ser nada mais que 8.000,00 mil cruzados. Isso p/ 3 pessoas que pelo menos daria p/ pagar um aluguel de uns 3.000,00 cruzados e fazer uma pequena compra, pagar água-luz-gas, sem contar c/ condução e roupas, que por mais que não queira nós salarizados viramos mendigos, porque roupas e sapatos só quando ganhamos. [...]

desculpem, mais eu presisava desse desabafo. E espero uma palavra amiga de vocês pois meu desespero já ultrapassa minha razão e sem direção eu não sei que rumo tomar. Por favor espero respostas de vocês e peço que mandem p/ Taubaté

Rua Almirante Barroso nº 150. Cep 12.100

Cidade de Deus

Taubaté.

Maria Júlia de Jesus.<sup>9</sup>

Ao registrar o valor de aluguéis, criticar medidas da política habitacional e reclamar do custo de vida, expondo o seu esforço como trabalhadora e o seu sofrimento como mãe, Maria Julia cuidadosamente demonstra a possibilidade e a força da experiência de politização do cotidiano. Observe-se que ela não pede diretamente nada; tampouco faz uma “sugestão de lei”. Mas acusa a violência da política salarial e habitacional, evidenciando seus efeitos diretos na desagregação de famílias brasileiras. Quer fazer um desabafo, mas espera/exige resposta e, para tanto, envia seu endereço.

Nesta e também em muitas outras cartas do conjunto aqui analisado, os problemas recorrentes no dia a dia dos missivistas são relacionados com a realidade política do país, buscando-se influenciar o poder estabelecido com ideias, pedidos e reclamações (ou, ao menos, desabafar). O cotidiano é revalorizado e desponta como o lócus de onde nasce inspiração, orientação, a crítica e sugestões de projetos políticos. Assim, estabelece-se, a partir

---

<sup>9</sup> Trechos da carta de Maria Julia de Jesus à ANC. São Paulo, SP, 22/6/87. Coleção Memória da Constituinte/MR. (código: MC024\_CPMCSOC227-232)

das cartas, um novo canal de participação, em que as práticas sociais cotidianas são politizadas, reconhecidas como uma variável do fazer político. Um canal de participação que tem a sua dinâmica ditada pelo vivido e que ocupa um espaço social que não é nem instituído nem controlado pelo poder político formal, mas que é percebido pelos indivíduos como um espaço de luta, portanto, que se torna também um espaço de poder.

É o que se vê na carta de Hélio Gonçalves, enviada à Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Usando uma estratégia discursiva que sugere muita proximidade com o destinatário, embora com recurso ao formal – “Venho por meio desta” –, o missivista, cuja ortografia nos permite imaginá-lo como um morador das “favelas feias” que menciona em sua carta, elabora uma sugestão de política habitacional, que se fundamenta, inclusive, em cálculos matemáticos:

Venho por meio desta dar minha sugestão na Constituinte. Pode ser uma simples bobeira ou talvez uma grande sugestão para ajudar nossa grande pobreza, que em massa a maioria passa fome e dorme em baixo de viadutos e vivem em favelas [...]. Já pensou ali em Santo Amaro tem quarterão que é só de casas bonitas e mansões, mais na Baixada do outro lado tem uma grande favela que deixa feio tudo aquelas casas bonitas. Vamos a sugestão. A minha primeira sugestão seria esta, em cada estádio de futebol do Brasil todo, o governo pegaria nos fins de semana pegaria de cada ingresso 1,00 CZS um cruzado. Numa torcida de 80.000 ou 120.000 torcedores, já daria para comprar materiais de construção para a construção de favelas bonitas no lugar das aquelas favelas feia. Num lote de  $10 \times 25 = 250m^2$ , agente fazia de 2 predio de 2 ou 3 andares [...].<sup>10</sup>

Mais uma vez o protagonismo da questão habitacional, agora articulada à força do futebol na cultura brasileira, marca o dia a dia do missivista, que avalia o mundo político e social à sua volta. É esse dia a dia que fornece aos missivistas elementos para que pensem a vida e para que tenham consciência de seus problemas e interesses. É o dia a dia que fundamenta os argumentos apresentados pelos missivistas. Em torno do seu vivido são identificadas as suas necessidades básicas e feitas indagações e queixas, seguidas de sugestões bem concretas às autoridades. Evidentemente, o imenso valor da sugestão na está em sua

---

<sup>10</sup> Trecho da carta de Hélio Gonçalves à ANC. Itaquaquecetuba, SP, 00/00/1987. Coleção Memória da Constituinte/MR. (código: MC027\_CPMCSOC125)

operacionalização, mas na firmeza em detectar questões vistas como possíveis de solução por vontade política. A política é, assim, básica e fortemente percebida como uma dimensão comprometida com esse espaço do cotidiano, de tal modo que cada experiência se torna um parâmetro para avaliar o seu bom ou mau funcionamento. Torna-se evidente que, para o cidadão comum, política não é algo distante, difícil e complexo, mas, ao contrário, é algo que está bem próximo de sua vida, e que é perceptível aos seus julgamentos, à sua compreensão e aos seus planos de “boa sociedade”.

Nesse sentido, as cartas aqui analisadas são contundentes em desmistificar a ideia, de longa tradição no pensamento político brasileiro, de que o povo é politicamente desinteressado, passivo. Uma gente que não tem vontade nem condições para se ocupar de assuntos relacionados com a organização da vida em sociedade, estando mais propensa a estabelecer relações de patronagem com os governantes do que a assumir um papel político ativo e participativo.<sup>11</sup> Tal entendimento sugere que o “povão”, via de regra, desenvolve um tipo de apatia política, deixando para as autoridades toda a responsabilidade e o poder de decisão tocantes à organização da vida coletiva. Ou seja, ao “povão” estaria reservado o estatuto do conformismo político. No limite, ele é excluído da política, como se esta estivesse fadada a ser o privilégio de uma elite. As pessoas comuns, supostamente, não teriam o preparo necessário para cumprir o papel de atores políticos conscientes. Tornar-se-iam “marionetes” de um jogo controlado por uma minoria educada para realizar as complexas formulações de políticas públicas, exigidas para o exercício dos governos. A proposição, portanto, é que, para o próprio bem público, a política deveria ser um âmbito de decisão reservado aos mais conscientes de suas responsabilidades e mais preparados politicamente, que seriam os próprios defensores dessa ideia.

---

<sup>11</sup> Ângela de Castro Gomes (1998), no artigo “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”, discorre sobre certas orientações que marcaram o pensamento social e político brasileiro, no correr do século XX, apontando para a força e tradição de uma interpretação do social que supõe que a grande maioria da população brasileira, por razões relacionadas com as características de formação e desenvolvimento do Brasil como nação, supostamente seria incapaz de participação política consciente, sendo facilmente “manipulada” pela elite política.

Contra tal suposto, as cartas aqui analisadas reivindicam para o povo brasileiro a identidade de pessoas que conhecem profundamente os problemas sociais e que estão decididas a participar da reorganização política do país com ideias e sugestões. Mostram a incontestável determinação de centenas de populares que buscam influenciar os diálogos políticos de seu tempo e encontram, no envio de cartas às autoridades, uma alternativa de participação política. Essas cartas dão voz a pessoas que nem sempre demonstram possuir uma boa instrução formal ou desfrutar de distinção social ou política, mas que adotam estratégias de vida concebidas com base em suas próprias experiências cotidianas e expressam visões de mundo e valores políticos próprios às suas maneiras de sentir e pensar. O fato de não ocuparem posições sociais de prestígio político e intelectual, e de não necessariamente haverem desfrutado de boa formação educacional, não elimina a importância de suas experiências e de suas percepções para a conformação da sociedade brasileira. Essas cartas, nesse sentido, são emblemáticas em mostrar a dimensão autônoma da vontade política dos missivistas (indivíduos). Seus textos expressam estratégias políticas de resistência e de luta por direitos, que nem de longe reiteram a ideia de impotência e passividade frente à ordem estabelecida.

### **“Artes de fazer” política**

Dizer que as experiências do dia a dia fornecem aos missivistas as prerrogativas da sua participação política significa admitir que processos de aprendizado político ocorrem diária e sistematicamente, não podendo ter seus sentidos controlados. Daí se pode aferir que tais processos oferecem contrapontos poderosos à enunciação de discursos de diversos setores da elite (política, econômica, cultural) que, via de regra, tendem a reproduzir a lógica de seus valores. Essas cartas, assim, são documentos que “certificam” que a politização do cotidiano constitui um espaço de resistência e de atuação fundamental para as camadas populares.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> A ideia de que a participação política pautada na percepção das privações do cotidiano é uma forma de resistência ao poder dominante foi bastante trabalhada pelo cientista social Eder Sader, quando examinou a organização de movimentos populares em São Paulo, entre 1970 e 1980 (SADER, 1988).

A possibilidade de os indivíduos, em seu viver cotidiano, produzirem contrapontos e deslocamentos à lógica política dominante, é abordada por Michel de Certeau (2008), na perspectiva do funcionamento prático da ordem social do consumo. O autor desenvolve uma teoria das práticas cotidianas e sustenta que é impossível prever ou enquadrar todos os sentidos que são atribuídos pelos indivíduos aos seus produtos de consumo diário (às suas vivências), por mais que se tente predeterminar um lugar e uma função universal para esses produtos. Segundo Certeau, em vez de o “ato de consumo” ocorrer supostamente de maneira passiva, com a assimilação automática, pelos consumidores, daquilo que tenha sido previamente definido como a forma adequada de fazer uso do que é oferecido no mercado, o que se daria, de fato, seria toda uma “disseminação anônima” de novos e diversos sentidos sociais atribuídos a esses produtos. Tal entendimento tem como pressuposto a ideia de que as práticas cotidianas, à medida que são vivenciadas, inspiram “estilos de ação” e produzem efeitos sobre as “maneiras de fazer”, não sendo plausível supor a existência de um lugar “próprio”, exclusivo e controlado, para se pensar o cotidiano e, por meio dele, o mundo social. Ou seja, há uma política do e no cotidiano sempre em tensão e diálogo com o campo da política formal.

Em perspectiva distinta, porém consonante a de Certeau, a antropóloga Karina Kuschnir (2000), analisando os processos políticos vivenciados em um subúrbio carioca na década de 1990, observa que a prática cotidiana da política envolve toda uma experimentação do sistema político formal, que, no decorrer das vivências concretas da população, muitas vezes é ressignificado de várias formas. No dia a dia, as pessoas estabelecem relações com a ordem política e, a partir dessas relações e também de seus próprios interesses, reinventam caminhos de ação, tendo em vista transformar e melhorar suas condições de vida, não raro tirando partido de dispositivos e regras da própria ordem política (o que Certeau também destaca por meio da noção de “brecha”). Estratégias de ação política são definidas a partir de problemas vivenciados no dia a dia e, mesmo quando se articulam com as estruturas formais de poder, nem sempre as traduzem, muito ao contrário. Sua lógica, muitas vezes é “abrir brechas” no sistema, visando influenciá-lo a favor de seus próprios interesses.

Com essa abordagem pode ser analisado o conjunto das cartas aqui em exame que apontam o fraco conhecimento da linguagem culta e do saber escriturário por parte de alguns missivistas. Tal condição não impediu esses missivistas de escrever às autoridades políticas para expor suas vivências e reclamar seus direitos. Conscientes de suas limitações na escrita, eles por vezes se desculparam pelas “mal traçadas linhas”, mas, efetivamente, usam tais limitações para sensibilizar as autoridades e buscar influir nos debates políticos. Nesse sentido, essas cartas confirmam a premissa de Michel de Certeau (2008) sobre as “artes de fazer” tão próprias ao viver cotidiano dos indivíduos, que agem dentro das regras dominantes instituídas, mas nem sempre para reforçá-las e sim visando superá-las, adaptando-as aos seus próprios objetivos e experiências.

Essas cartas são “artes de fazer” política, vale dizer, estratégias pessoais de participação no campo da política formal. Decerto, a sua elaboração e o envio às autoridades públicas foram encorajados pelas campanhas pró-participação na Constituinte que então atravessavam e movimentavam todo o país. Mas certamente também foram alimentados pelas próprias expectativas individuais dos que escreveram e enviaram as cartas.

Nos textos, os missivistas demonstram interesse em participar como atores políticos nos debates da nova Constituinte e também a expectativa de influenciar as autoridades públicas. Eles assumem o envio de suas cartas como um ato de participação e de pressão política direta; de comunicação entre governantes e governados, sem intermediários.

No contexto da intensa mobilização social em torno da consolidação de um regime democrático no Brasil, essas cartas mostram que a participação dos brasileiros não se deu apenas por intermédio do sistema político-partidário formal ou por meio de entidades trabalhistas e grupos e organizações sociais. Tais instâncias, sem dúvida, tiveram enorme importância naquele momento, como canais efetivos da participação política, mas não se pode negar também que muitos brasileiros, sabedores de que o país vivenciava um momento especial de reconstitucionalização democrática, mobilizaram-se para fazer valer os seus interesses e direitos a partir de iniciativas pessoais: escreveram às autoridades políticas.

Um ponto ainda a ressaltar é que o envio de cartas populares aos governantes não “substituiu” a participação política por meio do sistema de representação pelo voto. Mas, sem dúvida, tais cartas ressignificaram essa participação política, com base nos fundamentos do vivido cotidiano. Por meio delas, ações políticas sedimentadas nas experiências do cotidiano tiveram o seu lugar ativo na construção da democracia brasileira. Essas cartas são expressões do cotidiano como força transformadora e revelam que as práticas sociais do dia a dia constituíram um efetivo vetor da luta política popular, naquele momento de reconstitucionalização democrática do país.

### **Referências Bibliográficas**

- ABRAMO, Cláudio et al. *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *O lugar do sentimento na história oral*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E INDIVÍDUO, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 2009. [mimeo.]
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. [1. ed. 1990]
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n. 11, p. 1-9, jan./abr. 1991.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha História”: o retorno da História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. [1. ed. 1996]
- GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battela (Org.). *Prezado senhor, prezada senhora – estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



- GOMES, Ângela Maria de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 489-558.
- GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. [1. ed. 1988]
- MICHILES, Carlos et al. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- PITKIN, Hanna F. Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- REIS, Elisa Pereira. Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 161-179, 1990.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. [1. ed. 1996]
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (Org.). *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1. [1. ed. 1963]
- VERSIANI, Maria Helena; SANTOS, Nubia Melhem (Org.). *A voz e a letra do cidadão*. Rio de Janeiro: Jauá Editora/Museu da República, 2009.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

18

VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da Abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.